



CÂMARA MUNICIPAL DE  
VIANA DO ALENTEJO

|       |
|-------|
| _____ |
| _____ |
| _____ |

## ATA N.º 8/2026.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 23/02/2026

**PRESENCAS**

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

VEREADORES: ANTONIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA

LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

AMÉLIA JOSÉ PALHA CARTAXO SOUSA EM SUBSTITUIÇÃO DE RUTE ISABEL VINAGRE BELGA

RUI MIGUEL CANDEIAS CARDOSO

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

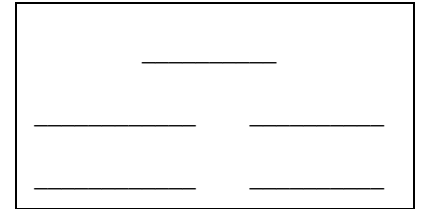
HORA DE ENCERRAMENTO: 17:15 HORAS

**FALTAS JUSTIFICADAS:**

**FALTAS INJUSTIFICADAS**

### RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

|                                                                     |                |
|---------------------------------------------------------------------|----------------|
| CAIXA .....                                                         | 340,71 €       |
| FUNDOS DE MANEIO .....                                              | €              |
| FUNDO DE MANEIO 1 – JOANA DE CARVALHO GALVÃO .....                  | €              |
| FUNDO DE MANEIO 2 – JOAO PEDRO VALERIO PARRA MARTINHO ANTUNES ..... | €              |
| FUNDO DE MANEIO 3 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS .....               | €              |
| FUNDO DE MANEIO 4 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA .....                 | €              |
| FUNDO DE MANEIO 5 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO .....               | €              |
| FUNDO DE MANEIO 6 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS .....        | €              |
| DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....                         | 1.809.270,86 € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 .....                         | 961.772,84€    |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 .....                         | 3.109,63€      |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 .....                         | 4.415,75€      |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650 .....                         | 309,70€        |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 .....                         | 19.490,45€     |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050 .....                         | 62,14 €        |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 .....                         | 5.430,67€      |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 .....                         | 93.551,22 €    |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250 .....                         | 600,00 €       |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER .....                 | 14.329,24€     |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850 .....                         | €              |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950 .....                         | 3.612,00€      |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES .....                 | 2.024,11€      |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950 .....                         | 674,24€        |
| B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001 .....                         | 225.640,06€    |
| C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668 .....                      | 225.555,49€    |
| C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 .....                      | 245.906,45€    |
| NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 .....                          | 40.007,65€     |
| NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 .....                          | 50.864,41€     |
| C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 .....                         | 7.716,26€      |
| TOTAL DE DISPONIBILIDADES .....                                     | 2.010.870,30€  |
| DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS .....                                          | 1.717.884,55€  |
| DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....                                      | 139.166,86€    |



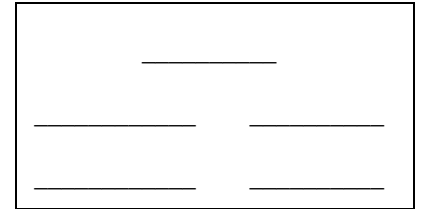
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, estando presentes os cinco membros do órgão. A Senhora Vereadora Rute Isabel Vinagre Belgas foi substituída pela Senhora Vereadora Amélia José Palha Cartaxo Sousa. Começou por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e também quem iria acompanhar a reunião através das redes sociais. A reunião foi gravada, podendo os interessados ter acesso à transmissão da mesma no site do Município de Viana do Alentejo (Município/Câmara Municipal/Gravações Reunião de Câmara – ONLINE) ou youtube do Município em <https://www.youtube.com/watch?v=dGL3SzXJQkY> -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
3. Proposta de transferência de verba como apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, no âmbito do Festival de Cinema Monstrinha; -----
4. Proposta de desencadeamento do procedimento de alteração do “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do Concelho de Viana do Alentejo”; -----
5. Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----
6. Proposta de atribuição de três lugares de estacionamento junto ao imóvel sito na Estrada Nacional 257 n.º 66, 68 e 70, Alcáçovas, para usufruto dos hóspedes da unidade hoteleira/turismo rural existente; -----
7. Proposta de emissão de Licença Especial de Ruído, para realização de festa de aniversário no salão da Cooperativa de Aguiar, sito na rua José Geraldo Caravela, das 22h do dia 28/02 às 03h do dia 01/03; -----
8. Proposta de transferência de verba para a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Alcáçovas, para comparticipação nas despesas relacionadas com manutenção e pintura do edifício sede; -----
9. Proposta de transferência de verba para a Associação de Defesa dos Idosos de Aguiar, para comparticipação nas despesas relacionadas com a festa de Aniversário que decorreu em maio de 2025. --

**Período de antes da ordem do dia** – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ---  
Considerando a presença de público na sala, o Senhor Presidente questionou se algum dos presentes pretendia intervir. -----

Interveio o munícipe António Manuel Pão Mole Janeiro, que recordou ter estado presente na reunião anterior, na qual abordou a situação das árvores existentes junto à escola, nomeadamente as que se encontravam sobre os cabos de eletricidade e telecomunicações. Referiu que a situação já se encontrava resolvida na sequência dos contactos efetuados com a EDP e a MEO, tendo-se deslocado ao local um



funcionário da EDP para proceder à intervenção necessária. Acrescentou que colaborou na realização dos trabalhos, os quais ficaram concluídos em cerca de meia hora. -----

Relativamente às restantes árvores, referiu que caberá à Câmara Municipal avaliar e decidir sobre as intervenções a realizar. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do munícipe, referindo que na sequência da reunião de Câmara anterior, o Município havia igualmente contactado a EDP, tendo esta entidade prestado os devidos esclarecimentos relativamente à situação em causa. Agradeceu ainda ao munícipe o trabalho cívico desenvolvido e a colaboração prestada no local. -----

Relativamente às árvores existentes junto à escola, informou que, até ao momento, o Município ainda não tinha procedido a qualquer intervenção, encontrando-se, contudo, a avaliar a situação no âmbito de uma análise global do arvoredado existente no concelho, nomeadamente com vista à identificação de situações que possam representar risco. -----

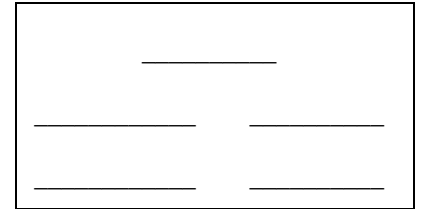
Interveio novamente o munícipe António Manuel Pão Mole Janeiro, referiu que continuará a comunicar ao Município as situações que identifique como estando incorretas ou que possam representar algum risco, salientando que tem acompanhado as questões do concelho há vários anos. -----

Relativamente à situação anteriormente reportada, referiu ter recebido um agradecimento por parte de uma engenheira da EDP, uma vez que a vegetação se encontrava sobre os cabos e ocupava uma parte significativa da Rua dos Combatentes, podendo provocar interrupções no fornecimento de eletricidade e nos serviços de telecomunicações. Alertou ainda para o risco que a situação poderia representar para os transeuntes, nomeadamente para crianças, caso algum ramo se partisse e atingisse alguém, defendendo, por isso, a importância de atuar preventivamente e de resolver as situações antes da ocorrência de acidentes. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do munícipe, manifestando a sua concordância com a importância da prevenção e da sinalização atempada de situações que possam representar riscos ou carecer de intervenção. Reforçou o agradecimento pela atitude cívica demonstrada, salientando a importância de todos os cidadãos contribuírem, através da comunicação destas situações ao Município, para a sua identificação e resolução atempada. -----

Por fim, incentivou o munícipe a continuar, no futuro, a alertar e comunicar quaisquer situações que considere relevantes, de modo a permitir que possam ser tomadas as medidas adequadas. -----

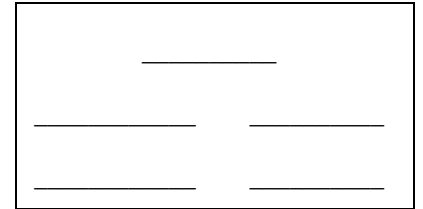
Não havendo mais intervenções por parte do público e atendendo ao facto de a última reunião de Câmara ter ocorrido há relativamente pouco tempo, o Senhor Presidente abordou apenas um assunto, relacionado com o anúncio efetuado na reunião anterior relativamente à intenção de redução de eventos municipais, nomeadamente a suspensão, durante o corrente ano, de três eventos e da programação cultural de pequena escala. Esclareceu que a decisão foi tomada tendo em consideração os prejuízos provocados pelas



intempéries e pela elevada pluviosidade registada, bem como a necessidade de canalizar recursos financeiros para a recuperação e manutenção do património e das infraestruturas municipais. Recordou que os eventos cuja realização será suspensa durante o corrente ano são o FICO - Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria, a Viana em Festa e a Mostra de Doçaria, bem como a programação cultural de pequena escala. Referiu que esta redução representa uma poupança de aproximadamente 200.000,00 €, a retirar do Plano de Atividades Municipais (PAM), verba que será realocada para intervenções de recuperação e manutenção dos edifícios municipais e dos caminhos municipais. -----

O Senhor Presidente considerou importante dar a conhecer aos membros do órgão o estado de alguns dos edifícios municipais, por forma a demonstrar a dimensão das necessidades de intervenção existentes. Referiu que a situação dos edifícios municipais é particularmente preocupante e que, dos mais de vinte edifícios propriedade do Município, uma parte significativa necessita de intervenções, umas de carácter mais urgente do que outras. A título de exemplo, apresentou o caso do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, dando conta da existência de um relatório recente sobre o estado do imóvel e mostrando registos fotográficos atuais do edifício. Salientou tratar-se de um edifício histórico, representativo da freguesia de Alcáçovas, cuja degradação é significativa e que, caso não sejam realizadas intervenções de manutenção, poderá vir a sofrer danos de tal ordem que comprometerão a sua utilização e conservação. Informou que, de acordo com a estimativa realizada na sequência dos relatórios elaborados, serão necessários cerca de 45.000,00 € para trabalhos de pintura e reparação do Paço dos Henriques. Referiu igualmente o estado do Cineteatro Vianense, em Viana do Alentejo, julgando a possibilidade poder ficar comprometida a realização de atividades culturais no espaço. Acrescentou que o equipamento necessita ainda de uma nova cortina corta-fogo, uma vez que a existente não se encontra atualmente disponível. Abordou ainda a situação das canalizações das piscinas municipais, referindo a existência de perdas de água que, durante o período de verão, chegam inclusivamente a afetar a pressão do abastecimento de água na zona do Altinho. Informou que a reparação das canalizações representa um investimento estimado em 60.000,00 €. -----

Relativamente aos caminhos e azinhagas municipais, o Senhor Presidente considerou que a situação é igualmente preocupante, tendo sido agravada pelas condições climáticas e pela elevada pluviosidade registada. Reconheceu que a situação das vias municipais já apresentava problemas anteriormente, considerando que a manutenção necessária não foi assegurada ao longo dos últimos anos, embora tenha salientado que as chuvas contribuíram significativamente para o agravamento do seu estado atual. Referiu que, face à dimensão das necessidades existentes, os serviços municipais não terão capacidade para assegurar, por si só, todas as intervenções necessárias, sendo indispensável recorrer a serviços e empresas externas. Neste contexto, explicou que a decisão relativa à redução dos eventos municipais deve ser entendida como uma medida excecional para o corrente ano, tendo em vista a necessidade de alterar a

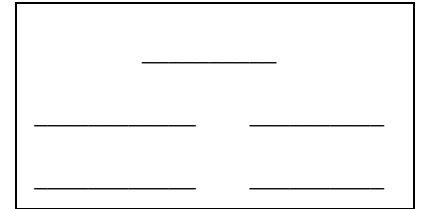


lógica de afetação dos recursos municipais e dar prioridade à recuperação e manutenção do património e das infraestruturas municipais. -----

O Senhor Presidente dirigiu um apelo aos membros da oposição no sentido de exercerem o devido escrutínio sobre a atividade da Câmara Municipal, considerando importante a existência de opiniões diferentes e o respetivo debate. Sublinhou, contudo, que esse escrutínio deverá assentar em factos e valores corretos, de forma a evitar a divulgação de informação incorreta ou suscetível de induzir a população em erro. Neste âmbito, esclareceu a situação relativa aos custos do Abanaviana, referindo que tem sido divulgada a informação de que o custo do evento teria aumentado de cerca de 30.000,00 € para 100.000,00 €. Salientou que tal informação não corresponde à realidade, uma vez que, apesar de as contas do exercício ainda não se encontrarem encerradas, o Abanaviana realizado em 2025 teve já um custo superior a 100.000,00 €, sendo essa despesa da responsabilidade do anterior Executivo Municipal e não do atual. Considerou, por isso, importante que, sempre que existam dúvidas relativamente a valores ou matérias concretas, os membros da oposição questionem o Executivo, que se encontra disponível para prestar os esclarecimentos e fornecer a informação necessária. -----

O Senhor Presidente destacou ainda a importância atribuída pelo atual Executivo às políticas dirigidas à juventude, considerando que, durante os períodos eleitorais, todas as forças políticas reconhecem a importância dos jovens e a necessidade de criar condições para a sua permanência no concelho. Nesse sentido, referiu a recente constituição do Conselho Municipal da Juventude, que não reunia desde 2023, bem como a proposta de revisão do Regulamento das Bolsas de Estudo, que será posteriormente apreciada na reunião de Câmara. -----

O Senhor Presidente recordou que, em 2025, apesar de o atual Executivo ter tomado posse apenas alguns dias antes da realização da Mostra de Doçaria, considerou que o evento apresentou resultados muito positivos, tendo os produtores de doçaria registado, segundo os próprios, níveis de participação, vendas e faturação superiores aos verificados em anos anteriores. Salientou que esta apreciação não resulta de uma avaliação pessoal, mas do testemunho dos próprios doceiros e participantes. Reforçou que a suspensão da Mostra de Doçaria corresponde apenas a uma interrupção de um ano, não significando o abandono definitivo do evento, estando prevista a sua retoma nos anos seguintes. O Senhor Presidente referiu ainda considerar relevante que os membros da oposição, ao defenderem a continuidade da Mostra de Doçaria, tenham igualmente em consideração o acompanhamento que fizeram do evento. A este propósito, mencionou a reduzida presença de alguns dos Senhores Vereadores durante a edição de 2025 e recordou que o anterior Executivo havia deixado inscrita para a realização da Mostra de Doçaria uma verba de apenas 17.000,00 €, tendo sido necessário mobilizar outros recursos e proceder à afetação de outras verbas para assegurar a realização do evento. -----



Por fim, reiterou que as decisões de suspensão dos eventos municipais não foram tomadas de ânimo leve, salientando que não existe qualquer satisfação por parte do Executivo em cancelar eventos municipais. Sublinhou que as medidas adotadas resultam exclusivamente da necessidade de estabelecer prioridades na utilização dos recursos financeiros disponíveis e de intervir numa situação que considera preocupante, designadamente ao nível da degradação dos caminhos municipais e dos edifícios que se encontram sob responsabilidade do Município. -----

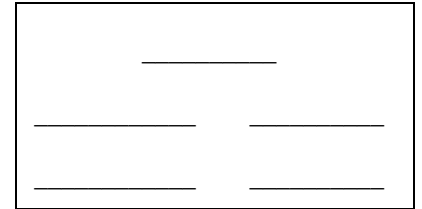
O Senhor Vice-Presidente referiu que a redução dos eventos municipais constitui, naturalmente, o tema do momento, sendo uma matéria de particular dificuldade para o Executivo. Informou que desde o anúncio da decisão, haviam sido recebidas manifestações de concordância e outras de discordância, considerando compreensível que a perceção variasse territorialmente, nomeadamente entre Viana do Alentejo e Alcáçovas. -----

Relativamente à Mostra de Doçaria, esclareceu que o Município ainda não tinha realizado uma reunião formal com a Confraria dos Doces Conventuais, tendo esta solicitado uma reunião. O Município procurou agenda-la, pelo que considera prematuro afirmar qual a posição formal daquela entidade relativamente à decisão de suspensão da Mostra. Explicou que na sequência dos contactos informais anteriormente realizados, algumas pessoas poderão ter alterado a sua perceção após melhor conhecimento da decisão e dos seus fundamentos. Considerou, por isso, importante deixar claro que a posição formal da Confraria ainda não é conhecida e que a mesma poderá ser apresentada numa próxima reunião de Câmara. -----

O Senhor Vice-Presidente retomou a questão dos eventos municipais, recordando que, relativamente à Mostra de Doçaria, o atual Executivo encontrou uma verba inscrita de apenas 17.000,00 €, tendo sido necessário proceder à reafetação de outras verbas para assegurar a realização da edição de 2025. Considerou que, apesar dessas limitações, a edição realizada foi bem-sucedida e contribuiu para a recuperação e valorização do evento. -----

Abordou de seguida a questão do Abanaviana, reconhecendo que a comunicação efetuada pelo Executivo relativamente a algumas matérias poderia ter sido mais clara. Considerou, contudo, que o escrutínio realizado pela oposição é legítimo, desde que assente em dados corretos. A este propósito, referiu que haviam sido divulgados valores incorretos relativamente ao custo do Abanaviana, designadamente a indicação de que o investimento teria passado de cerca de 30.000,00 € ou 35.000,00 € para valores próximos dos 100.000,00 €, quando, na realidade, a edição anterior representou um custo de aproximadamente 102.000,00 € a 103.000,00 €. -----

Referiu igualmente ter sido divulgada a informação de que determinados eventos teriam duplicado ou poderiam duplicar o investimento, sem que tivesse sido feita referência à Festa da Primavera, cujo custo passou de aproximadamente 41.304,00 € para 95.313,00 € entre 2024 e 2025. Sublinhou que não coloca em causa a importância da Festa da Primavera, que considera ser a principal festividade popular da



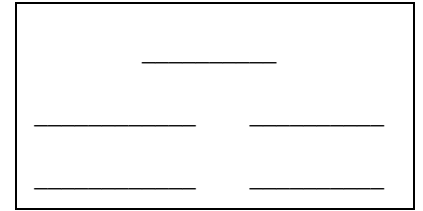
freguesia de Aguiar, mas defendeu que os critérios utilizados para analisar os investimentos nos diferentes eventos deveriam ser uniformes. Explicou que a estratégia orçamental adotada pelo atual Executivo passou por inscrever nas respetivas rubricas valores próximos dos investimentos realizados no ano anterior, evitando a prática de dotar inicialmente as rubricas com valores reduzidos e, posteriormente, proceder sucessivamente a alterações orçamentais para encontrar verbas que permitam suportar as despesas efetivamente realizadas. -----

A título de exemplo, referiu a Feira D'Aires, para a qual se encontram inscritos cerca de 318.000,00 €, quando no ano anterior o investimento terá ascendido a aproximadamente 420.000,00 €. Esclareceu que uma parte significativa dos custos dos eventos está associada às componentes logísticas, designadamente tendas, stands, som e aluguer de equipamentos, e não exclusivamente aos espetáculos musicais. Considerou que, no caso da Feira D'Aires, a dimensão e o modelo do evento justificam um investimento considerável, nomeadamente pela necessidade de estruturas cobertas e de outras condições logísticas.

Relativamente à Romaria a Cavalo, referiu que se encontra prevista uma verba de cerca de 90.000,00 €, quando no ano anterior o custo terá sido de aproximadamente 68.000,00 €, admitindo a possibilidade de a realização do evento permitir uma redução daquele valor. Explicou que qualquer verba que venha a ser poupada poderá ser utilizada noutras necessidades, embora espere que não seja necessário recorrer a essas verbas para reforçar o orçamento da Feira D'Aires. -----

Quanto à Feira do Chocalho, informou que foi inscrita uma verba de 149.800,00 €, face aos cerca de 157.456,00 € gastos no ano anterior. Referiu que também neste caso existe margem para procurar reduzir a despesa. Informou ainda que o Município apresentou uma candidatura ao programa Portugal Events, num processo realizado em tempo reduzido, com o objetivo de obter financiamento externo para apoiar as despesas associadas ao evento. Esclareceu que qualquer apoio obtido será utilizado para esse fim e posteriormente refletido através do correspondente ajustamento da despesa municipal, não estando prevista a utilização do financiamento para aumentar o valor inicialmente inscrito. -----

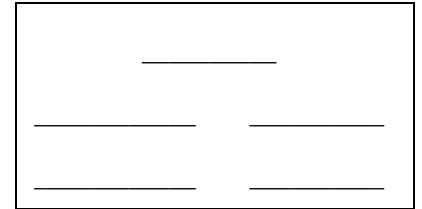
O Senhor Vice-Presidente explicou ainda que não é possível, nesta fase, realizar uma estimativa rigorosa dos custos finais dos eventos, uma vez que ainda não foram lançados todos os procedimentos necessários, designadamente os relativos ao aluguer de tendas e stands. Salientou a necessidade de abrir um procedimento global para estas componentes, evitando o fracionamento da despesa e garantindo o cumprimento da legislação aplicável. Considerou que a conclusão destes procedimentos permitirá obter uma previsão mais rigorosa dos custos de cada evento. Retomou, neste contexto, o exemplo da Festa da Primavera, cujo investimento passou, segundo os valores apresentados, de cerca de 41.304,00 € para 95.313,00 €. Considerou que a Festa da Primavera merece investimento, por ser a principal festividade popular do concelho e a única grande festividade realizada na freguesia de Aguiar, mas defendeu que o mesmo princípio deverá ser aplicado aos restantes eventos. -----



Relativamente ao Abanaviana, salientou que se trata do único evento municipal especificamente direcionado para a população jovem e manifestou preocupação com a evolução da sua participação, designadamente no que respeita ao número de campistas. Referiu que, comparando os períodos de 2016 a 2019 com os anos posteriores à pandemia, se verificou uma redução muito significativa, tendo o número de campistas diminuído para cerca de um terço, mesmo considerando o aumento generalizado da procura de eventos e atividades após o período da pandemia. Explicou que a manutenção de uma previsão orçamental de aproximadamente 100.000,00 € para o Abanaviana não significa que esse montante venha necessariamente a ser gasto, mas pretende garantir margem para que o evento possa manter uma dimensão e qualidade adequadas. Admitiu, contudo, a possibilidade de reduzir custos através de diferentes soluções, nomeadamente substituindo os stands por tendas, como já aconteceu em edições anteriores, embora reconhecendo que essa opção implicará menores condições para os expositores. -----

Referiu ainda que irá procurar avaliar a possibilidade de utilização do palco do Município, que deixou de ser montado nos últimos anos, o que poderá representar uma redução significativa da despesa associada à estrutura do evento. -----

O Senhor Vice-Presidente defendeu que, tratando-se de um festival dirigido à população jovem, a componente musical constitui uma parte essencial da sua identidade, considerando necessária a contratação de bandas e, pelo menos, de um cabeça de cartaz com qualidade suficiente para garantir a atratividade do evento. Rejeitou, neste sentido, a ideia de substituir integralmente a programação musical por grupos locais, considerando que tal não permitiria assegurar a natureza e dimensão pretendidas para um festival jovem. Salientou que o atual Executivo foi transparente relativamente à verba inscrita para o Abanaviana, designadamente no Conselho Municipal da Juventude e na própria reunião de Câmara, optando por inscrever desde logo a verba adequada na respetiva rubrica, em vez de recorrer posteriormente a alterações orçamentais para reforçar a dotação. Sublinhou, contudo, que a intenção é procurar reduzir os custos previstos e canalizar as verbas poupadas para outras prioridades municipais, designadamente para a recuperação dos edifícios municipais e dos caminhos rurais. O Senhor Vice-Presidente abordou igualmente a questão do recurso a financiamento bancário, referindo que tinha conhecimento de que esta possibilidade havia sido colocada durante a reunião anterior. Considerou que, embora o Município disponha ainda de margem de endividamento, não seria responsável esgotar essa capacidade, uma vez que tal teria reflexos nos orçamentos futuros e poderia condicionar a capacidade financeira do Município e dos próximos Executivos. Defendeu, por isso, que não será adequado manter todos os investimentos em festividades e, simultaneamente, recorrer ao crédito para financiar as restantes necessidades municipais. Considerou que as decisões adotadas têm sido particularmente difíceis e controversas, sobretudo em Alcáçovas, reconhecendo que a população daquela vila tem razões para manifestar desagrado relativamente à suspensão da Mostra de Doçaria. Sublinhou, contudo, que Alcáçovas



tem sido, ao longo dos últimos anos, uma das localidades do concelho que, na sua perspetiva, registou menor investimento e maior degradação de edifícios e espaços municipais, não tendo beneficiado de investimentos estruturantes de dimensão significativa. Relativamente à Mostra de Doçaria, corrigiu a referência à edição do evento, esclarecendo que a próxima edição corresponderá à 23.<sup>a</sup> edição e não à 25.<sup>a</sup>, uma vez que existiu uma interrupção na realização do certame. -----

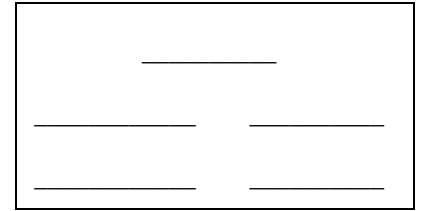
Por fim, reiterou que a Festa da Primavera, tal como o Abanaviania, envolve um investimento significativo e que todos os eventos deverão ser avaliados segundo os mesmos critérios. Considerou que a realização de eventos com recursos muito reduzidos poderá conduzir à organização de iniciativas sem dimensão ou expressão suficientes, situação que poderá posteriormente ser utilizada para criticar a sua qualidade ou os resultados alcançados. Defendeu, por isso, que, perante as limitações financeiras e as necessidades existentes no concelho, o Executivo prefere suspender alguns eventos durante um período limitado e concentrar os recursos disponíveis noutras prioridades, assegurando, nomeadamente, a recuperação dos edifícios municipais e dos caminhos rurais. Concluiu reafirmando que a Mostra de Doçaria deverá regressar ao território num modelo diferente e com a dimensão adequada, salientando a importância de permitir que os serviços técnicos desenvolvam o trabalho necessário e de não concentrar a gestão dos eventos exclusivamente em decisões de natureza política. -----

O Senhor Presidente prestou ainda alguns esclarecimentos relativamente à capacidade de endividamento do Município, informando que esta ascende atualmente a 4.450.000,00 €. Salientou, contudo, que a capacidade de endividamento não deverá ser analisada apenas enquanto margem disponível para a contratação de financiamento, uma vez que o recurso ao crédito terá posteriormente impacto na capacidade orçamental anual do Município. Explicou que, quanto maior for o nível de endividamento, maior será também o esforço financeiro necessário para assegurar o respetivo serviço da dívida, o que condicionará a capacidade de elaboração e execução dos orçamentos municipais futuros. -----

Neste sentido, considerou importante que os membros do órgão tenham em consideração que a existência de capacidade de endividamento não significa que a mesma deva ser integralmente utilizada, sendo necessário assegurar uma gestão equilibrada dos futuros orçamentos municipais. Sublinhou, contudo, que o recurso a financiamento poderá vir a revelar-se necessário para fazer face às intervenções previstas na rede viária e nos caminhos municipais, matéria que já havia sido anteriormente abordada em reunião de Câmara. -----

Por fim, informou que, na sequência de um pedido apresentado pelo Senhor Vereador Luís Miguel, disponibilizará aos membros do órgão uma nota relativa à reunião realizada com os grupos corais, para conhecimento de todos. -----

Interveio o Senhor Vereador Luís Duarte, que começou por se referir às intervenções anteriores relativamente aos eventos municipais, esclarecendo que o facto de não ter estado presente na Mostra de



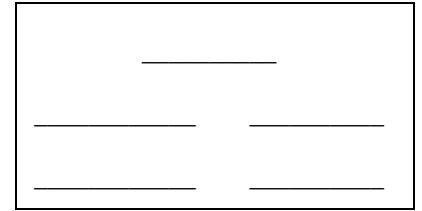
Doçaria não deverá ser utilizado para aferir a sua posição relativamente ao evento, considerando que cada membro do órgão é livre de decidir quais as iniciativas a que assiste. Sublinhou que não se considera obrigado a estar presente em determinado evento e que essa circunstância não deverá ser utilizada como argumento para colocar em causa a sua posição ou o sentido da sua intervenção. Relativamente à alegada duplicação dos custos dos eventos, afirmou que não havia sido essa a posição por si apresentada, esclarecendo que a oposição não questionou o aumento de determinadas despesas nos termos em que o Senhor Vice-Presidente havia referido. Considerou, pelo contrário, que a questão central passa por saber se o Executivo entende que deve continuar a investir nas diferentes festividades municipais, não tendo sido defendida pela oposição a necessidade de proceder a cortes ou à eliminação de eventos. -----

Questionou ainda as afirmações relativas a uma eventual opção política na distribuição dos investimentos entre freguesias, considerando que não partilha dessa interpretação. O Senhor Vereador referiu igualmente que os custos dos eventos tendem a aumentar ao longo dos anos, designadamente em períodos eleitorais, incluindo os custos relacionados com espetáculos, tendas e outras estruturas, afirmando que esta realidade é conhecida por quem já exerceu funções no Município. -----

Quanto às imagens apresentadas pelo Senhor Presidente relativamente ao estado dos edifícios municipais, considerou que estas poderiam ter sido apresentadas de forma mais equilibrada. Reconheceu a existência de problemas de manutenção, designadamente no Paço dos Henriques e no Cineteatro Vianense, referindo a necessidade de intervenção no telhado e na varanda do Cineteatro, mas discordou da afirmação de que, caso não fossem realizadas intervenções imediatas, o Município correria o risco de deixar de poder utilizar os referidos edifícios. Considerou esta afirmação excessiva e alertou para o risco de transmitir à população uma perceção de insegurança relativamente à utilização dos equipamentos municipais, nomeadamente do Cineteatro. -----

O Senhor Vereador questionou ainda os valores apresentados relativamente ao Abanaviana, considerando existir alguma divergência entre as intervenções do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente. Referiu que, numa intervenção anterior do Senhor Vereador Rui Moisés, quando este questionou se existiria um reforço do investimento no Abanaviana, o Senhor Presidente teria respondido afirmativamente. Por outro lado, citou a afirmação do Senhor Vice-Presidente segundo a qual seria necessário manter os níveis de investimento no evento, atendendo à sua natureza de festival de música e à importância dos concertos e do cartaz. Considerou que estas afirmações demonstram alguma falta de articulação relativamente aos valores efetivamente previstos para o evento. -----

Questionou igualmente a opção de suspender determinados eventos para permitir que outros mantenham um determinado nível de investimento, considerando que tal significa retirar recursos a algumas iniciativas para os canalizar para outras. Entendeu que a decisão não deveria ser justificada com base num alegado equilíbrio territorial entre freguesias, considerando essa explicação insuficiente. -----

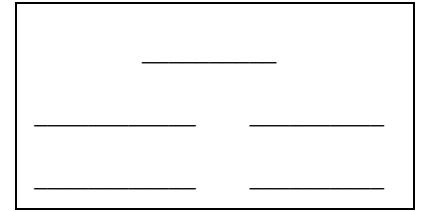


O Senhor Vereador defendeu que, independentemente dos valores efetivamente investidos pelo anterior Executivo nos diferentes eventos, esses montantes estarão documentados e poderão ser consultados, questionando se os investimentos realizados anteriormente no Abanaviana, nomeadamente em stands, tendas e outras estruturas, poderão ser considerados maus investimentos. -----

Relativamente ao palco anteriormente utilizado no Abanaviana, explicou que a sua utilização deixou de ser possível por razões de segurança para os trabalhadores responsáveis pela montagem e desmontagem e para a própria realização dos espetáculos. Referiu que a montagem daquele palco exigia um período significativo de tempo, estimando em cerca de duas semanas o tempo necessário para a sua instalação, a que acresceria o período necessário para a desmontagem, considerando que as equipas e os recursos humanos disponíveis não permitiam assegurar esse trabalho nas condições anteriormente existentes. Acrescentou que também na Festa da Primavera foi necessário recorrer ao aluguer de um palco, considerando que a manutenção da dignidade e das condições adequadas das iniciativas municipais deve continuar a ser assegurada. -----

O Senhor Vereador afirmou que, na sua perspetiva, o cerne da questão não reside exclusivamente nos valores despendidos com os diferentes eventos, mas na existência de um plano anunciado pelo atual Executivo para fundamentar as decisões tomadas. Questionou, nesse sentido, onde se encontra esse plano, com quem foi discutido e de que forma foi definido. Recordou que o atual Executivo não dispõe de maioria na Câmara Municipal e que as iniciativas agora colocadas em causa constavam do orçamento municipal, tendo sido aprovadas pelo órgão. Questionou, por isso, se não deveria ter existido uma discussão prévia com os restantes membros do órgão e uma maior transparência relativamente às decisões que posteriormente vieram a ser anunciadas. Solicitou formalmente ao Executivo que apresentasse o referido plano, manifestando a sua intenção de o conhecer, discutir e contribuir para o mesmo, ainda que algumas das decisões já se encontrem tomadas. -----

Nesse contexto, apelou ao Senhor Presidente para que refletisse sobre as decisões adotadas relativamente à suspensão dos eventos municipais, apresentando algumas propostas alternativas de redução de custos. Sugeriu, designadamente, que a Romaria a Cavalo pudesse recorrer mais à denominada “prata da casa”, através da participação de grupos corais, sevilhanas, cavaquinhos, tuna e outros grupos locais, considerando que tal permitiria reduzir significativamente os custos sem comprometer a realização da iniciativa. Defendeu igualmente a possibilidade de utilizar grupos locais na programação da Mostra de Doçaria, admitindo que essa opção poderia representar uma redução de cerca de 15.000,00 € a 20.000,00 €. Sugeriu ainda que fossem analisadas pequenas reduções nos restantes eventos, designadamente na Feira D'Aires, na Feira do Chocalho, no FICO e no Abanaviana, considerando que cortes moderados em cada iniciativa poderiam permitir obter uma poupança global significativa sem necessidade de suspender integralmente determinados eventos. -----



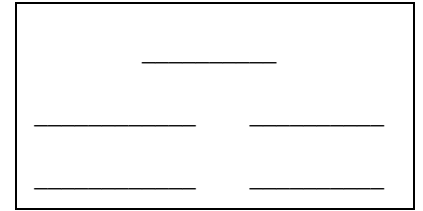
Salientou que estas propostas se referiam exclusivamente às iniciativas promovidas diretamente pelo Município e não às restantes festas e eventos organizados pelas associações locais. Esclareceu que, na sua perspetiva, não deveria ser confundido o número de iniciativas promovidas pelo Município com o conjunto muito mais alargado de eventos realizados no concelho por associações. -----

O Senhor Vereador referiu ainda a questão do mapa de pessoal, considerando que, nessa matéria, o Senhor Presidente havia procurado demonstrar transparência e promover a discussão das propostas em reunião de Câmara. Comparou essa postura com a decisão agora tomada relativamente aos eventos, considerando que, neste caso, não existiu a mesma transparência nem a consulta prévia aos membros do órgão. -----

Questionou ainda se, antes da decisão de suspensão da Mostra de Doçaria, foram consultados os comerciantes de Alcáçovas, os produtores de doçaria ou a Confraria dos Doces Conventuais. Considerou que, apesar dos esclarecimentos entretanto prestados, ficou demonstrado que não havia sido realizada uma reunião formal com a Confraria antes da decisão. O Senhor Vereador criticou igualmente a decisão de suspender o Festival de Cerâmica (FICO), considerando tratar-se de uma iniciativa importante para a divulgação de uma tradição secular do concelho que, segundo afirmou, se encontra em risco de desaparecer. Quanto à Mostra de Doçaria, considerou particularmente negativa a decisão de suspender a edição do corrente ano, defendendo que uma interrupção poderá dificultar novamente a consolidação e afirmação do evento. Referiu ainda que a edição deste ano corresponderia, na sua perspetiva, a uma edição comemorativa dos 25 anos desde a realização da primeira Mostra de Doçaria, ainda que tenham existido interrupções na realização do evento durante o período da pandemia. -----

-----  
Concluiu considerando que a suspensão destes eventos constitui, na sua opinião, uma decisão irresponsável e pouco ponderada, manifestando discordância relativamente à estratégia adotada pelo atual Executivo. Considerou ainda que as decisões revelam falta de experiência, de visão e de sensibilidade relativamente à importância que determinados eventos assumem para o concelho e para as suas populações. -----

O Senhor Vice-Presidente começou por manifestar alguma dificuldade em compreender a lógica apresentada pelo Senhor Vereador, que, na sua perspetiva, elaborava rapidamente um plano de redução de despesas, retirando determinados valores de umas iniciativas e de outras, com base na sua experiência. Salientou, contudo, que o próprio Senhor Vereador havia reconhecido que, caso se verificasse um desinvestimento no palco, nos stands ou noutras componentes do Abanaviana, o evento poderia perder qualidade. Nesse sentido, considerou contraditório defender, por um lado, a necessidade de assegurar a qualidade do evento e, por outro, apresentar sucessivos cortes de valores como solução, acrescentando que explicaria posteriormente, com dados concretos, a questão relativa aos valores de investimento. -----



Relativamente à questão da Confraria dos Doces Conventuais, o Senhor Vice-Presidente esclareceu que a sua intervenção anterior teve como objetivo corrigir uma informação, não tendo pretendido acusar ninguém de faltar à verdade. Assim, relativamente ao Senhor Vereador Luís Miguel, afirmou que, na sua perspetiva, este, por vezes, apresentava os números ou os assuntos de forma incorreta. -----

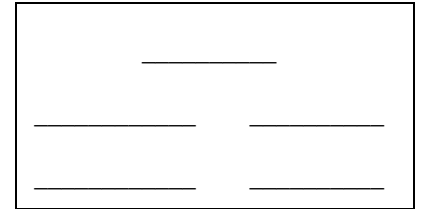
Quanto à posição da Confraria dos Doces Conventuais, esclareceu que pretendeu apenas corrigir a informação anteriormente transmitida, uma vez que, segundo os elementos que lhe haviam chegado, a posição da Confraria teria entretanto mudado e seria contrária à decisão do Município. Sublinhou, contudo, que, formalmente, ainda não tinha existido qualquer reunião com a Confraria, estando prevista uma reunião para aquela semana, a pedido da própria Confraria dos Doces Conventuais. -----

Acrescentou que as informações anteriormente obtidas resultaram de contactos telefónicos com algumas pessoas, em número reduzido, e que, nesses contactos, as pessoas teriam manifestado concordância com a posição transmitida. Admitiu que, entretanto, pudessem ter alterado a sua posição, considerando que tal possibilidade deveria ser naturalmente aceite. Reiterou, assim, que a sua intervenção teve apenas como objetivo assegurar a correção da informação transmitida, não tendo existido qualquer intenção de deturpar os factos. De seguida, relativamente à referência aos 25 anos da Mostra de Doçaria, o Senhor Vice-Presidente considerou que se tratava de uma questão que poderia ser utilizada como argumento para valorizar a importância da edição, uma vez que, na sua perspetiva, a Mostra não completaria 25 anos de edições. Salientou que, quando se assinalam 25 anos de um evento, seria expectável que existissem 25 edições, considerando que este número estava a ser utilizado para reforçar a importância da iniciativa. ---

Questionou, então, o Senhor Vereador Luís Duarte sobre a razão pela qual, tendo este invocado a sua experiência na organização de eventos, não teria utilizado essa experiência para organizar Mostras de Doçaria verdadeiramente dignas e capazes de colocar o evento num patamar de maior relevância. Considerou que tal não terá acontecido nas edições anteriores e apontou esta questão como mais uma incongruência na argumentação apresentada. -----

Por fim, o Senhor Vice-Presidente referiu ter tomado nota das considerações apresentadas pelo Senhor Vereador relativamente ao palco do Abanaviana, admitindo que este pudesse ter razão quanto à necessidade de intervenção e afirmando confiar na informação que lhe havia sido transmitida. Contudo, considerou que essa possibilidade apenas reforçava a posição defendida pelo Executivo, na medida em que demonstra que a realização de um evento com qualidade implica investimento e não permite simplesmente retirar valores de forma avulsa, como os montantes de 20 ou 30 mil euros sugeridos durante a intervenção. -----

Salientou que não será adequado proceder a reduções aleatórias e, posteriormente, realizar eventos com recursos insuficientes, comprometendo a sua qualidade. Considerou que essa poderá ser precisamente a consequência da estratégia apresentada pelo Senhor Vereador, ou seja, realizar eventos com muito pouco



investimento, acabando estes por perder qualidade. Sublinhou, contudo, que essa não era a perspetiva do Executivo, que pretende assegurar uma estratégia diferente e não irá seguir esse caminho. -----

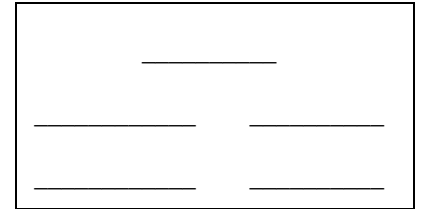
O Senhor Vereador Luís Duarte interveio novamente, apenas para esclarecer duas questões. Relativamente à afirmação do Senhor Vice-Presidente de que a redução de valores nas diferentes iniciativas poderia conduzir à realização de eventos com menor qualidade, considerou que essa conclusão não corresponde ao que havia defendido. Esclareceu que a sua proposta consistia precisamente em reduzir moderadamente o investimento nas iniciativas, tendo em consideração que se tratava de um ano de exceção, e não em comprometer a qualidade dos eventos. Acrescentou que, na sua perspetiva, caso o Executivo optasse por reduzir parcialmente o investimento em cada iniciativa, em vez de suspender ou eliminar algumas delas, existiria maior margem para manter uma programação com qualidade. Salientou, assim, que estava a enquadrar as suas propostas no contexto excecional daquele ano, defendendo que, perante a necessidade de contenção, poderia ser ponderada uma redução dos investimentos, em vez da suspensão de determinadas iniciativas. De seguida, manifestou discordância relativamente à ideia de que os eventos municipais teriam vindo a perder qualidade, afirmando que esta questão já teria sido anteriormente apontada e que não pretendia continuar a responder sucessivamente a esse argumento. Referiu, em particular, a Mostra de Doçaria, reconhecendo que a última edição teria tido menor afluência, mas salientando que as edições anteriores tinham registado uma forte participação do público. Recordou que existiram edições da Mostra de Doçaria com grande afluência, inclusivamente uma edição com presença televisiva, em que, segundo afirmou, o espaço se encontrava completamente cheio, não havendo capacidade para receber mais pessoas, e em que os produtores e participantes registaram um elevado volume de vendas. Considerou, por isso, que não faria sentido tentar contrariar essa realidade, uma vez que, na sua perspetiva, os resultados eram conhecidos pela população e por todos aqueles que participaram no evento. -----

Por fim, relativamente à Feira do Chocalho, afirmou que, durante o anterior Executivo, tinham sido realizadas algumas das melhores edições de sempre daquele evento, questionando se tal afirmação poderia ser considerada incorreta. -----

O Senhor Vice-Presidente afirmou, relativamente à Feira do Chocalho, que a mesma tinha assumido características de uma verdadeira festa de verão, considerando que se tratou de um evento. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte respondeu, começando por afirmar, em tom irónico, que o Senhor Vice-Presidente, quando exercia funções de Chefe de Divisão, também havia organizado a Feira do Chocalho, considerando que, nessa altura, a organização tinha sido significativamente melhor. -----

Prosseguiu, defendendo que o anterior Executivo soube, efetivamente, aproveitar o período pós-COVID para retomar e dinamizar as iniciativas municipais, tendo estas registado uma elevada participação da população. Sublinhou que, ao contrário do que havia sido referido anteriormente, as iniciativas realizadas

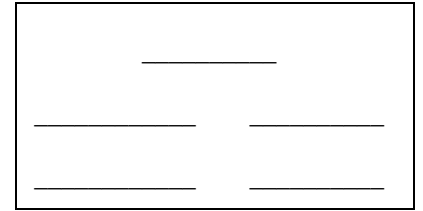


no período pós-COVID tiveram uma forte adesão, afirmando que estiveram “carregadas de gente” e que, de forma geral, não se verificou uma diminuição da participação. Deu como exemplo a Festa da Primavera, realizada em Aguiar, que, segundo afirmou, registou uma afluência que nunca anteriormente se tinha verificado naquela localidade, fazendo referência, salvo erro, à atuação de Miguel Azevedo. Reiterou que, na sua perspetiva, todas as iniciativas realizadas no período pós-COVID tiveram uma participação muito significativa. Ressaltou, contudo, que assumia a sua responsabilidade relativamente à última edição da Mostra de Doçaria, reconhecendo que esta tinha sido uma edição menos conseguida, reiterando que não tinha qualquer problema em assumir essa posição. -----

Por fim, relativamente aos cartazes e à Feira D’Aires, considerou que os mesmos tinham apresentado resultados razoáveis. Explicou que tal se devia, em parte, ao facto de o anterior Executivo nunca ter cedido na qualidade dos espetáculos, procurando não contratar artistas por valores muito elevados, designadamente de 50, 60 ou 70 mil euros, como, segundo afirmou, teria acontecido noutras situações. Concluiu, dirigindo-se ao Senhor Presidente, que essa tinha sido uma opção deliberada na gestão dos eventos municipais. -----

O Senhor Presidente interveio relativamente à questão do plano, começando por recordar que a última reunião de Câmara tinha ocorrido na quarta-feira anterior, ou seja, apenas dois dias úteis antes, tendo sido precisamente nessa reunião que o Executivo iniciou o trabalho que se encontrava agora a desenvolver. Esclareceu, assim, que o Executivo estava efetivamente a elaborar um plano, que o mesmo seria posteriormente apresentado em reunião de Câmara e que existia disponibilidade para o discutir com os restantes membros da vereação. De seguida, abordou a questão da clareza e transparência do processo, começando por pedir desculpa caso a informação anteriormente transmitida não tivesse sido suficientemente clara. Sublinhou, contudo, que o assunto tinha sido levado à reunião de Câmara e discutido através da alteração modificativa apresentada pelo Executivo, tratando-se, portanto, de uma matéria pública e sujeita ao devido escrutínio. -----

Salientou que não tinha existido qualquer tentativa de ocultar a decisão, afirmando que esta tinha sido apresentada de forma pública e submetida a votação em reunião de Câmara. Acrescentou que a oposição tinha participado nesse processo, tendo viabilizado a documentação apresentada, considerando que tal correspondia, aliás, ao papel que deveria assumir enquanto oposição relativamente às alterações propostas. Neste sentido, rejeitou a afirmação de que a decisão teria sido tomada às escondidas ou que constituiria uma atuação de carácter populista. Referiu que, tal como tinha acontecido anteriormente com o mapa de pessoal, o Executivo tinha apresentado os elementos e os números em reunião de Câmara, não tendo ocultado qualquer informação. Explicou ainda que, aquando da aprovação do Orçamento Municipal, as rubricas relativas aos eventos tinham sido inscritas, em determinadas situações, como dotações ainda não definidas, prevendo-se que, após a incorporação do saldo, fossem definidas algumas dessas verbas.

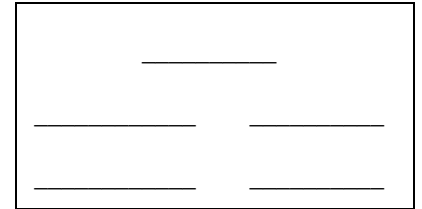


Foi precisamente nesse âmbito que o Executivo apresentou posteriormente a alteração modificativa em reunião de Câmara, através da qual foram concretizadas algumas das opções relativas às verbas destinadas aos eventos. Reiterou, por isso, que todo o processo decorreu de forma pública e perante os membros da Câmara Municipal. Reconheceu que esta era uma das primeiras decisões difíceis tomadas pelo atual Executivo, mas afirmou que a mesma não deveria ser confundida com inexperiência, tratando-se antes de uma decisão determinada pela necessidade de intervenção e de definição de prioridades. -----

Acrescentou que, na sua perspetiva, a decisão demonstrava precisamente o contrário de inexperiência, uma vez que o Executivo tinha consciência das repercussões políticas que uma decisão desta natureza poderia ter e, ainda assim, tinha decidido assumi-la. Sublinhou que se tratava de uma opção difícil, com consequências políticas, mas que considerava necessária face à situação existente no concelho. -----

A este propósito, afirmou que, pessoalmente, teria sido muito mais fácil seguir uma estratégia semelhante à adotada anteriormente, não proceder a cortes em qualquer iniciativa, continuar a avançar com os eventos e não atender às necessidades de intervenção existentes no concelho. Considerou que essa opção seria politicamente mais cómoda, uma vez que permitiria evitar a reação negativa decorrente da suspensão ou redução de eventos. Contudo, afirmou que não pretendia seguir esse caminho, referindo que não seria responsável ignorar as situações que tinham sido apresentadas pelo Executivo, nomeadamente através dos registos fotográficos relativos ao Paço dos Henriques, em Alcáçovas, e à situação do Cineteatro Vianense, designadamente a ausência de uma cortina corta-fogo. Relativamente ao Cineteatro, salientou que a inexistência da referida cortina representava uma questão de segurança que não poderia ser desvalorizada, considerando que, perante a ocorrência de uma situação grave, poderiam ficar em risco as pessoas que se encontrassem no edifício. Defendeu, por isso, que seria muito mais fácil “fazer tábua rasa” destas situações e continuar a organizar os eventos, uma vez que tal permitiria evitar os custos políticos de decisões impopulares, mas afirmou que o atual Executivo não pretendia agir dessa forma. Referiu, neste contexto, que lamentava não seguir a estratégia anteriormente adotada, mas que não pretendia fechar os olhos à situação do concelho nem ignorar as necessidades existentes apenas para evitar consequências políticas. -----

Por último, relativamente ao apelo à reflexão formulado pelo Senhor Vereador Luís Duarte, o Senhor Presidente afirmou que o Executivo tinha refletido muito sobre a decisão tomada, garantindo que a mesma não tinha sido tomada de forma precipitada ou sem ponderação. Acrescentou que o Executivo continuaria disponível para refletir sobre as suas opções, mas considerou que era necessário ter em conta os resultados e, sobretudo, a situação excecional provocada pelas intempéries e pela calamidade que afetou o concelho. Concluiu reforçando que era necessário olhar para essas situações concretas e para as dificuldades sentidas diariamente pela população, considerando que essa realidade deveria também ser ponderada na definição das prioridades de investimento do Município. -----

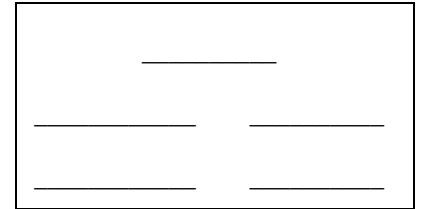


O Senhor Vice-Presidente começou por reconhecer que o Senhor Vereador Luís Miguel tinha razão relativamente à questão do 13 de janeiro, explicando que, em virtude da realização do concerto de Natal, e precisamente com o objetivo de evitar uma duplicação de iniciativas, foram integrados determinados custos, tendo sido despendido, naquele ano, um montante adicional de 5.131 euros. De seguida, apresentou outro exemplo que considerou relevante para evidenciar opções de gestão anteriores, referindo que o Município tinha atualmente materiais no seu estaleiro, designadamente pétalas de ardósia e seixos rolados, destinados a uma rotunda que, segundo informação da Infraestruturas de Portugal (IP), seria ilegal, no valor de 681.691 euros. -----

Acrescentou que o atual Executivo pretendeu realizar um concerto de Natal, iniciativa que, face à informação atualmente disponível, provavelmente não teria sido realizada caso todos os dados fossem conhecidos àquela data. Ainda assim, a iniciativa integrou a programação cultural e foi concretizada, permitindo à população usufruir e testemunhar o evento. Afirmou ainda que este exemplo demonstrava que existiam outras situações decorrentes da gestão anterior que deveriam igualmente ser consideradas, voltando a referir os materiais de ardósia e seixos rolados existentes no estaleiro e destinados à referida rotunda de Aguiar. A este propósito, esclareceu que a Infraestruturas de Portugal teria informado que os objetos colocados nas rotundas deveriam ser suscetíveis de se quebrar em caso de impacto, razão pela qual determinados elementos existentes na rotunda de Aguiar, designadamente uma debulhadora, teriam de ser retirados. Manifestou disponibilidade para apresentar também essa situação e a respetiva documentação. Concluiu salientando que o Município deve atuar em conformidade com a legislação aplicável e com as orientações das entidades competentes, afirmando que a gestão municipal deve ser feita de acordo com a lei e não apenas em função da vontade ou preferência de quem exerce funções. ----

O Senhor Vereador Luís Duarte esclareceu que se referia precisamente aos documentos que lhe tinham sido entregues e que haviam sido remetidos pela Infraestruturas de Portugal (IP) ao Município. Afirmou que, na documentação que lhe foi disponibilizada, constava uma resposta da IP na qual era indicado que não existia qualquer inconveniente relativamente à situação em causa, acrescentando que tinha essa documentação na sua posse e que poderia apresentá-la. -----

A Senhora Vereadora Amélia Sousa interveio para manifestar a sua opinião relativamente aos eventos cuja realização foi suspensa, começando por esclarecer que não se considerava uma pessoa com experiência política comparável à dos restantes membros do Executivo e da vereação, referindo que não possuía o mesmo percurso na área política. Quanto à Mostra de Doçaria, afirmou que lhe tinha chegado, sobretudo através de contactos e opiniões manifestadas nesse âmbito, a ideia de que se tratava de um evento que não deveria ser interrompido. Sublinhou ser esta a sua opinião pessoal e considerou que, eventualmente, poderia ter sido encontrada uma solução que permitisse assegurar a realização da Mostra, apesar das dificuldades financeiras e das necessidades de contenção apresentadas. Considerou que a Câmara



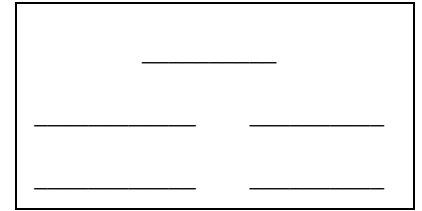
Municipal dispõe de instrumentos e documentos de planeamento e gestão, designadamente o Plano de Atividades Municipais, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento Municipal, entendendo que poderiam ser ponderadas outras áreas para reduzir ou reafetar verbas, de modo a garantir a continuidade da Mostra de Doçaria. Defendeu, assim, que esta iniciativa que deveria ter continuidade e que a decisão merecia ser novamente ponderada. Salientou ainda a importância de ouvir os comerciantes e os agentes diretamente envolvidos no evento, afirmando que de acordo com as opiniões que lhe tinham chegado, estes não estariam particularmente satisfeitos com a decisão de suspensão. -----

Concluiu reiterando que, embora não se considere particularmente conhecedora ou experiente na discussão de matérias de natureza política, entende, com base na informação que lhe tem sido transmitida, que será uma pena não dar continuidade à Mostra de Doçaria, defendendo que deverá ser encontrada uma forma de assegurar a realização do evento. -----

O Senhor Presidente respondeu considerando importante reforçar que o Orçamento Municipal não dispõe de margem suficiente para dar resposta a todas as necessidades existentes, salientando que esta Vereadora se encontrava numa posição privilegiada para acompanhar e analisar a execução orçamental, pelo que lhe será possível verificar que os recursos financeiros disponíveis são limitados. Explicou ainda que, perante as diversas necessidades do Município, não é possível reforçar uma determinada área sem deixar outra sem resposta, pelo que se torna necessário estabelecer prioridades e fazer opções. Reiterou ainda que existem compromissos financeiros anteriormente assumidos que condicionam a capacidade de decisão do atual Executivo. Sublinhou que os compromissos assumidos devem ser cumpridos, esclarecendo que esta consideração não constitui uma crítica às decisões anteriormente tomadas, mas apenas a constatação de que, uma vez existentes, esses compromissos têm necessariamente impacto sobre a disponibilidade orçamental atual. Neste sentido, afirmou que, pretendendo o Município assegurar o cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos, o orçamento fica inevitavelmente condicionado, tornando necessária a definição de prioridades e a adoção de determinadas opções. -----

Por fim, reconheceu que compreendia a posição manifestada pela Senhora Vereadora e que existia efetivamente descontentamento por parte de muitas pessoas relativamente à suspensão dos eventos. Contudo, considerou que a decisão teria de ser tomada, assumindo o Executivo o risco político associado à mesma, uma vez que, caso nada fosse feito perante as necessidades existentes, a situação permaneceria inalterada. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso chamou a atenção para uma situação verificada numa rotunda em Viana do Alentejo, onde se encontrava uma grelha de esgoto a deitar água abundantemente. Referiu que a situação lhe tinha sido comunicada já há alguns dias e questionou o Executivo sobre a sua origem e sobre a eventual intervenção que estaria prevista para solucionar o problema. Em tom irónico, estabeleceu ainda

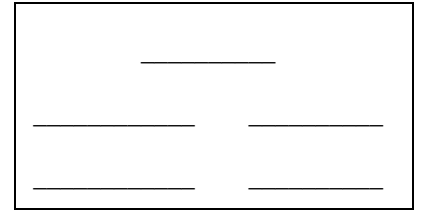


uma comparação entre o local da ocorrência, situado em frente à sede do Partido Socialista, e a situação política do referido partido durante aquela semana. -----

De seguida, abordou a questão da Romaria a Cavalo, referindo a realização, durante aquela semana, de uma reunião na Moita e questionando se, em consequência da chuva registada nas últimas semanas, o trajeto da Romaria teria sofrido danos. Pretendeu saber, nomeadamente, se tinham ocorrido quedas de árvores, se o estado dos caminhos tinha sido afetado e se os níveis de água nas ribeiras permitiriam a passagem dos cavalos e o normal desenvolvimento do percurso. -----

Questionou ainda de que forma estava a ser equacionada a articulação entre a chegada dos romeiros e as comemorações do 25 de Abril, considerando que o feriado ocorreria num sábado. Referiu, a este propósito, que iria participar na sessão solene comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República, tendo de regressar posteriormente, e questionou de que forma seria articulada a respetiva sessão solene ou os tradicionais festejos da manhã com a chegada dos romeiros. Pretendeu, assim, saber se estavam previstas alterações de natureza logística ou horária e qual era, àquela data, o ponto de situação relativamente aos caminhos, acessibilidades e organização da Romaria. -----

Posteriormente, abordou a situação do património municipal, dando como exemplo a Biblioteca Municipal, que havia visitado na sexta-feira anterior. Referiu que o pavimento se encontrava, na sua perspetiva, em muito mau estado, apresentando sinais de degradação logo à entrada do edifício. Acrescentou que existiam também infiltrações de água, sobretudo em situações de chuva acompanhada de vento, uma vez que as janelas não conseguiriam assegurar uma adequada vedação. Salientou ainda que o pavimento apresentava zonas desniveladas e onduladas, criando uma espécie de relevo no chão, situação que se encontrava sinalizada devido à presença e circulação de crianças. Contudo, afirmou que aquilo que mais o tinha impressionado e entristecido tinha sido verificar que, no depósito onde se encontram armazenados os livros que não estavam em exposição, existia uma lona colocada no interior do próprio edifício, destinada a proteger os livros da água que entra no espaço. Considerou particularmente relevante dar conhecimento público desta situação, uma vez que os livros, apesar de se encontrarem armazenados e protegidos no interior do equipamento municipal, continuam sujeitos à entrada de água, tendo os funcionários sido obrigados a colocar uma lona dentro das próprias instalações para evitar que o espólio bibliográfico seja danificado. Relativamente à recuperação e requalificação do património municipal, o Senhor Vereador afirmou que as imagens apresentadas pelo Senhor Presidente não retratavam situações exclusivamente recentes nem resultantes das condições meteorológicas verificadas nas últimas semanas, entendendo que uma parte significativa daqueles problemas já existia anteriormente. A este propósito, recordou que, no documento que o grupo do Chega tinha apresentado no âmbito do direito à oposição, e relativamente ao qual o Senhor Presidente tinha referido ter retomado uma boa prática democrática na preparação do orçamento, já constavam propostas relacionadas com a requalificação e reabilitação de



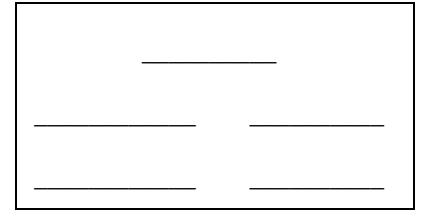
espaços e edifícios municipais. Referiu concretamente a situação do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, afirmando que as fragilidades daquele equipamento já tinham sido identificadas e constavam das propostas apresentadas pelo seu grupo. Considerou, nesse sentido, que existiam duas possibilidades: ou as intervenções propostas tinham sido contempladas no orçamento e poderiam ter sido concretizadas, ou, caso não tivessem sido incluídas, não deveria agora utilizar-se a necessidade de intervenção no património como fundamento para justificar, por si só, o corte de um evento, uma vez que, na sua perspetiva, não existiria uma relação direta entre as duas matérias. -----

De seguida, referiu-se ao plano de medidas restritivas, afirmando ter consigo aquilo que lhe tinha sido apresentado como tal e considerando que o documento se resumia, na sua expressão, a “uma folha em branco”, sem medidas concretas ou conteúdo suficientemente desenvolvido. Defendeu que um Executivo que não dispõe de maioria não poderia anunciar medidas desta natureza, designadamente no Conselho Municipal de Juventude, nas redes sociais ou em reunião de Câmara, sem que existisse previamente um contacto, formal ou informal, e uma auscultação dos restantes membros do Executivo. Salientou que todos os membros presentes na mesa, independentemente de exercerem funções em permanência ou não, integravam o órgão executivo municipal e, por isso, deveriam participar na ponderação, auscultação e decisão das matérias relevantes para o Município. -----

Considerou ainda que a atribuição de designações particularmente elaboradas a determinados programas ou planos poderia criar expectativas que, posteriormente, não encontrariam correspondência no seu conteúdo, afirmando, de forma crítica, que, em algumas situações, se acabava por verificar que os mesmos constituíam uma “mão cheia de nada”. -----

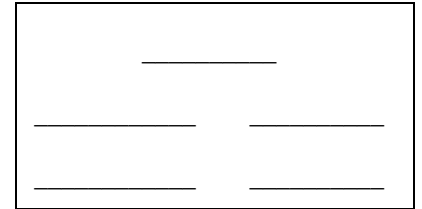
Entrando no tema central da discussão, o Senhor Vereador questionou se, faria sentido proceder a um corte em determinadas áreas para fazer face às consequências das intempéries que tinham afetado o país e o concelho nas semanas anteriores. Afirmou que, numa perspetiva conceptual, entendia que seria difícil encontrar alguém, entre os membros da Câmara ou entre a população do concelho, que não reconhecesse a necessidade de apoiar situações decorrentes dos danos provocados pelo mau tempo. Referiu que, perante casas eventualmente destruídas, vias de comunicação danificadas e outros prejuízos provocados pelas condições meteorológicas, seria compreensível e consensual a necessidade de realocar verbas para fazer face a essas situações. Sublinhou, contudo, que, na sua perspetiva, não era esse o verdadeiro motivo da controvérsia existente na população durante aquela semana. Considerou que o problema residia no facto de não estar em causa um corte geral ou estrutural, mas antes um corte seletivo, através do qual se reduziam ou eliminavam determinadas iniciativas enquanto outras áreas registavam aumento de investimento. -----

A este propósito, retomou a questão do Abana Viana, afirmando que, perante as declarações anteriormente proferidas sobre os valores envolvidos e a alegada desinformação, considerava importante



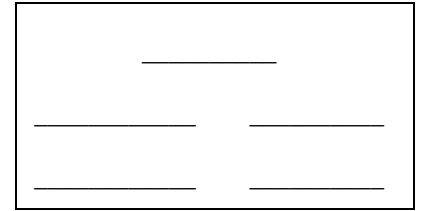
recordar uma intervenção ocorrida em reunião de Câmara. Referiu que tinha consigo a transcrição da intervenção do Senhor Vereador Rui Moisés, que havia participado naquela reunião em sua substituição, na qual teria sido questionado se o Abana Viana tinha beneficiado de um aumento de orçamento. Segundo o Senhor Vereador, a resposta então dada pelo Senhor Vereador António Padeirinha teria sido no sentido de que aumentar o investimento no Abana Viana e cortar num dos eventos mais importantes da Vila de Alcáçovas constituía uma opção política deliberada, no sentido de cortar em determinadas iniciativas para investir noutras. Neste sentido, afirmou que existia efetivamente uma opção deliberada de realocação de verbas, reconhecendo que se tratava de uma decisão difícil e com consequências políticas, mas defendendo que o Executivo não deveria procurar afastar essa realidade através de uma “fuga para a frente” ou afirmar que não tinha existido qualquer corte ou transferência de verbas, uma vez que, na sua perspetiva, era precisamente essa questão que estava no centro da discussão. O Senhor Vereador classificou, assim, a decisão como um corte seletivo, que afetava, entre outras iniciativas, uma festividade que, na realidade, não seria uma festa no sentido tradicional, mas uma Mostra de Doçaria. Para ilustrar a importância que atribuía ao evento, estabeleceu uma comparação com a possibilidade de, em Vinhais, deixar de se realizar a tradicional Festa do Fumeiro. Defendeu que a olaria e a doçaria constituem importantes formas de expressão da identidade cultural da população do concelho, considerando que a suspensão da Mostra de Doçaria, ainda que temporária e independentemente da designação que lhe fosse atribuída, representava, na sua perspetiva, um ataque à identidade cultural local. Afirmou que não poderia deixar passar essa questão sem manifestar a sua oposição. Questionou posteriormente qual seria o valor estimado da poupança resultante das medidas adotadas e para onde, concretamente, seriam canalizadas as verbas libertadas. Considerou que não seriam necessárias tabelas ou longas dissertações, mas que deveria ser apresentada informação objetiva sobre quanto se estimava poupar, para onde seria alocado esse valor e em que momento seria aplicado. -----

Relativamente ao Abana Viana e à importância das iniciativas dirigidas aos jovens, reconheceu que os jovens constituíam uma prioridade e que era necessário criar condições para que permanecessem em Portugal e, em particular, no concelho. Contudo, afirmou que, na sua perspetiva, a realização de um festival de verão não seria, por si só, uma política de juventude capaz de garantir a fixação dos jovens no território. Defendeu que a verdadeira política de juventude deveria passar pela criação de oportunidades de emprego, pela existência de serviços públicos adequados, pela redução da carga fiscal e, sobretudo, pela garantia de condições de acesso à habitação, permitindo aos jovens permanecer na sua terra e constituir família. Considerou que era nesse tipo de medidas que deveria centrar-se a defesa dos interesses dos jovens e não exclusivamente na realização de festivais. Assumindo a sua perspetiva enquanto jovem, referiu ainda que o mercado dos festivais de verão era altamente concorrencial, sobretudo durante o mês de julho, existindo no país diversas iniciativas de grande dimensão, mencionando, a título de exemplo, o



MEO Sudoeste, o Sumol Summerfest, o Vodafone Paredes de Coura e o NOS Alive, entre outros. Considerou, por isso, que seria muito difícil, tendo em conta a dimensão do Município, organizar um festival de verão capaz de competir com os grandes festivais nacionais durante esse período. Salientou ainda que muitos desses eventos de grande dimensão eram financiados por entidades privadas e marcas, designadamente empresas de telecomunicações, ao contrário de um festival municipal, cujo financiamento teria impacto direto no orçamento público. Afirmou que um investimento de um milhão de euros num festival permitiria naturalmente apresentar um cartaz substancialmente diferente daquele que poderia ser obtido com um investimento de 40 ou 50 mil euros, questionando, nesse contexto, qual seria o retorno efetivo do eventual investimento adicional no Abana Viana. Colocou, assim, três questões concretas: se o investimento adicional previsto no Abana Viana representaria um retorno financeiro para o concelho; se permitiria atrair novos jovens ao território; e se contribuiria para colocar o festival no panorama nacional dos festivais de verão dirigidos à população jovem. Afirmou não considerar que essas consequências se verificassem. Neste contexto, defendeu que seria mais importante garantir, ainda que através de um modelo diferente, mais modesto ou mais simples, a realização do FICO e, sobretudo, da Mostra de Doçaria, em vez de proceder à sua suspensão. -----

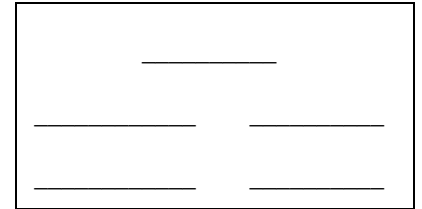
Dirigindo-se ao Senhor Presidente, deixou um apelo para que a decisão fosse reconsiderada, afirmando fazê-lo também em nome da população de Alcáçovas, que, segundo referiu, o tinha contactado de forma significativa durante a semana para manifestar a sua preocupação relativamente à suspensão da Mostra. Considerou que antes da Assembleia Municipal de sexta-feira, onde antecipava que a questão seria certamente colocada ao Senhor Presidente, poderia ser importante repensar a decisão. Referiu que admitir a possibilidade de ter sido feita uma avaliação incorreta e reconsiderar uma medida inicialmente tomada com boas intenções constituiria, na sua perspetiva, um ato de humildade e de responsabilidade perante a população. Defendeu ainda a necessidade de o Executivo ouvir os restantes membros da Câmara e, sobretudo, as pessoas e os comerciantes diretamente envolvidos na Mostra de Doçaria, salientando que, para muitos comerciantes, os dias de realização do evento representavam uma parte muito significativa da sua atividade e rendimento. A este propósito, apontou o Boletim Municipal como exemplo da própria valorização que o Município tinha anteriormente atribuído à Mostra de Doçaria. Referiu que o evento tinha sido apresentado como um sucesso e que o concelho de Viana do Alentejo tinha tido uma presença significativa nos meios de comunicação social, designadamente na SIC, TVI e RTP, através da divulgação da Mostra e do trabalho desenvolvido no concelho. Relatou ainda ter estado presente numa das edições da Mostra de Doçaria, num sábado, por volta das 16:00 horas, e ter verificado uma elevada afluência de público, mesmo num momento em que não existiam atuações musicais a decorrer. Considerou que essa situação demonstrava que esta tinha valor próprio, assente sobretudo nos doceiros, nos produtos comercializados e na identidade do evento, não dependendo necessariamente da contratação de artistas



de grande dimensão. Defendeu, por isso, que a programação musical poderia ser assegurada através da “prata da casa”, mencionando, a título de exemplo, Lobo Levy, Jorge Nunes, a Banda Filarmónica e grupos de canto, entre outros intervenientes locais. Considerou que seria possível construir uma programação musical com esses recursos, garantindo simultaneamente a realização da mesma. Chamou ainda a atenção para o facto de o próprio Boletim Municipal enquadrar a Mostra de Doçaria na área do desenvolvimento económico, o que, na sua perspetiva, demonstrava o reconhecimento, por parte do Município, do impacto do evento no tecido social e produtivo da freguesia. Recordou que o Município havia afirmado que a edição anterior tinha excedido todas as expectativas, questionando, por isso, a razão pela qual, tendo sido reconhecidos resultados tão positivos, se optava agora pela suspensão do evento. Considerou contraditório que, se a Mostra de Doçaria tinha contribuído para impulsionar a economia local, se tinha alcançado resultados muito positivos e tinha conseguido uma forte projeção mediática do concelho, se optasse posteriormente pela sua suspensão. -----

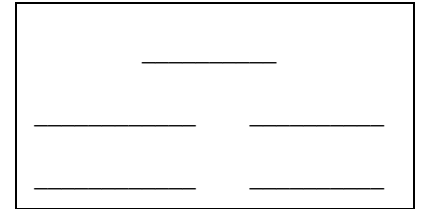
Por fim, reiterou o pedido ao Senhor Presidente para que repensasse a decisão, considerando que a suspensão da Mostra de Doçaria prejudicará diretamente quem trabalha no evento, os comerciantes e o tecido produtivo local. Defendendo que deverá realizar-se, afirmando que tudo faria, dentro das competências e possibilidades do seu grupo, para sensibilizar os membros do Executivo no sentido da sua realização. Salientou que a iniciativa poderá assumir um formato mais modesto, ter menor duração ou recorrer a artistas e grupos de menor custo, mas que deverá ser encontrada uma solução que permita assegurar a sua realização. Sugeriu ainda que sejam ponderadas alternativas relativamente ao espaço e às estruturas utilizadas, questionando a necessidade de continuar a recorrer à mesma tenda municipal alugada há mais de duas décadas e considerando que, face ao valor acumulado despendido ao longo dos anos, poderá ter sido equacionada a aquisição de uma estrutura própria. Apresentou também como possibilidades a realização no Pavilhão do Sport Clube Alcaçovense, no mercado onde a AMArT - Associação Musical, de Artes e Tradições de Alcaçovas, realiza o Mercadinho de Natal ou, inclusivamente, em espaço público, na rua, defendendo que deveriam ser estudadas diferentes soluções logísticas e financeiras. Concluiu sublinhando que as sugestões apresentadas têm carácter construtivo e procuraram essencialmente garantir a continuidade da Mostra de Doçaria, salvaguardando os interesses das pessoas e dos agentes económicos que investem na iniciativa e daqueles que consideram importante a sua realização. -----

O Senhor Presidente referiu que, na sua perspetiva, aquilo que vem efetivamente prejudicando a Mostra de Doçaria ao longo dos anos é o seu declínio, considerando que a atuação do atual Executivo na última edição teve precisamente o objetivo contrário. Concordou com a afirmação de que o sucesso da Mostra não depende dos artistas contratados, mas salientou que, para alcançar os resultados registados na última edição, foi necessário realizar um investimento significativo, não centrado na contratação de artistas, mas



nas restantes componentes necessárias à atração de público e à promoção do evento. Sublinhou que a Mostra de Doçaria vive essencialmente dos doceiros e da capacidade de divulgação do evento, de forma a alcançar um público cada vez mais abrangente, e que esse trabalho implica necessariamente disponibilidade financeira. Reiterou que não tem qualquer satisfação em suspender a Mostra durante um ano, conforme já havia referido diversas vezes. Contudo, considerou que aquilo que poderá efetivamente comprometer a continuidade do evento é realizá-lo em condições que diminuam a qualidade e a dignidade que a iniciativa merece. Explicou que, embora algumas das soluções apresentadas pelo Senhor Vereador possam ser ponderadas, o principal risco será realizar uma Mostra de qualidade insuficiente ou “mediocre”. Nesse sentido, alertou para a possibilidade de uma edição com menor qualidade poder ter consequências futuras, nomeadamente levando a que alguns dos vendedores e doceiros que participam no evento deixem de considerar compensatório o investimento necessário para se deslocarem e participarem na iniciativa. Considerou, por isso, que, em determinadas circunstâncias, será preferível não realizar o evento num determinado ano do que realizá-lo sem as condições necessárias, comprometendo a sua qualidade e, consequentemente, a sua capacidade de atrair participantes e público nas edições seguintes. Sublinhou que, quando o evento regressar, deverá apresentar uma “nova roupagem”, estando o Executivo disponível para trabalhar nesse sentido. -----

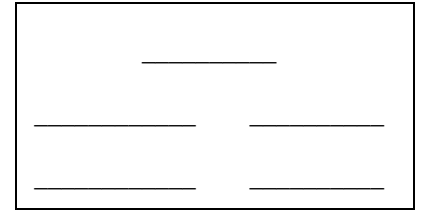
De seguida, o Senhor Presidente abordou a questão da juventude e do Abana Viana, manifestando discordância relativamente à perspetiva apresentada pelo Senhor Vereador. Considerou que existe um afastamento significativo da realidade local e afirmou não compreender a comparação estabelecida entre o Abana Viana e os grandes festivais de verão mencionados anteriormente. Defendeu que tratar-se de realidades incomparáveis, uma vez que o Abana Viana é um evento de entrada livre, destinado também a uma população que, por razões económicas, não dispõe de condições para frequentar festivais de grande dimensão, como o NOS Alive ou o Rock in Rio. Sublinhou que existem muitos munícipes para os quais o Abana Viana constitui uma das poucas oportunidades de acesso a este tipo de iniciativa cultural e musical. Considerou, por isso, que a comparação com os grandes festivais nacionais não tem em consideração as condições económicas da população local. Afirmou que é necessário conhecer e viver a realidade do concelho para compreender a importância que uma iniciativa de entrada gratuita pode assumir para os jovens e restantes munícipes. Acrescentou que não considera a idade do Senhor Vereador um problema, mas antes uma condição que deverá permitir-lhe compreender determinadas realidades. Considerou, contudo, que a argumentação apresentada revelava, na sua perspetiva, um desconhecimento das condições económicas existentes no concelho e das limitações que muitas famílias enfrentam, entendendo que não fará sentido pressupor que os munícipes têm as mesmas possibilidades de acesso a grandes festivais nacionais que têm ao Abana Viana. Questionou ainda o Senhor Vereador sobre a sua posição relativamente ao próprio Abana Viana, afirmando que, se entendia que o evento não tinha condições para



competir com os restantes festivais de verão, poderia apresentar uma proposta de suspensão da iniciativa no âmbito do próximo orçamento municipal. Referiu que gostaria de conhecer essa proposta e de discutir concretamente essa possibilidade. -----

Relativamente ao plano de medidas restritivas, esclareceu que o Executivo tinha anunciado que o iria apresentar e que assim faria. Referiu que o plano poderia ser levado a reunião de Câmara e discutido no período de antes da ordem do dia, à semelhança do que já tinha acontecido anteriormente. Explicou que as medidas relativas à suspensão dos eventos tinham sido apresentadas por serem, naquele momento, aquelas que o Executivo considerava mais significativas, mas que ainda estavam previstas outras medidas. Assegurou que quando o plano estivesse concluído, todas as medidas seriam apresentadas e disponibilizadas para discussão. Retomou, em seguida, a questão da transparência e da alteração modificativa ao orçamento, salientando que o Senhor Vereador não tinha estado presente na última reunião de Câmara. Explicou, contudo, que a alteração modificativa então apresentada contemplava efetivamente a não alocação do saldo de gerência a alguns dos eventos em discussão. Reiterou que essa matéria tinha sido apresentada, discutida e analisada publicamente em reunião de Câmara, perante os restantes vereadores, pelo que rejeitou novamente a ideia de que tivesse existido falta de transparência ou que as decisões tivessem sido tomadas às escondidas. De seguida, procurou clarificar a questão do alegado “corte seletivo”, afirmando que o Executivo não tinha aumentado as verbas destinadas a outras iniciativas. Explicou que a decisão consistia numa redução global de 200 mil euros no PAM – Plano de Atividades Municipais, não correspondendo, portanto, a uma transferência de 200 mil euros de determinados eventos para outros eventos. Esclareceu que os 200 mil euros seriam aplicados na recuperação e manutenção do património municipal e das infraestruturas, identificando como principais prioridades, por esta ordem, o Paço dos Henriques, o Cineteatro Vianense, as Piscinas Municipais e a reabilitação e manutenção das azinhagas. Reiterou, assim, que a suspensão dos eventos permitiria libertar verbas para serem canalizadas para aquelas áreas, considerando que esta era a finalidade concreta da redução efetuada. -----

Relativamente à situação da grelha de esgoto existente numa rotunda em Viana do Alentejo, explicou que o Município não conseguia, naquele momento, controlar totalmente a situação, uma vez que a mesma está relacionada com as características hidrogeológicas da zona, referindo que Viana do Alentejo possui uma elevada quantidade de fontes e lençóis freáticos com níveis de água elevados, sendo que estes continuam, na altura, bastante saturados em consequência das condições meteorológicas verificadas. Enquanto os níveis dos lençóis freáticos se mantiverem elevados, a água terá naturalmente de seguir o seu curso, procurando as cotas mais baixas do terreno, sendo aquela rotunda um dos locais onde esse fenómeno se verifica existindo uma situação semelhante junto ao Campo do Viana, onde também se verifica o escoamento de água pelas mesmas razões. Esclareceu ainda que a colocação da grelha naquela



localização tinha tido como objetivo substituir a tampa de esgoto existente, uma vez que a força da água poderia provocar o levantamento da tampa, sendo que a grelha permitia, assim, facilitar o escoamento da água e evitar que a pressão provocasse o deslocamento da tampa de esgoto. -----

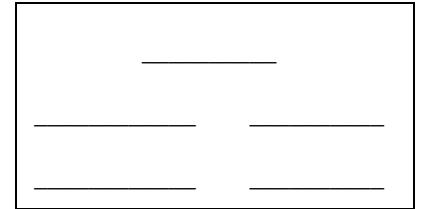
Relativamente à Romaria a Cavalo, referiu que permanece uma preocupação relativamente ao estado do trajeto. Embora a chuva tenha continuado a existir troços intransitáveis, sobretudo nas zonas onde existem cursos de água. Neste sentido, o Município terá de continuar a acompanhar e avaliar permanentemente as condições do percurso. Admitiu que, caso não se registem novos episódios de chuva até abril, os níveis de água poderão baixar e, mediante a realização de algumas reparações, poderá ser possível assegurar o percurso da Romaria. Contudo, sublinhou que a situação continuará dependente das condições meteorológicas e dos níveis de precipitação que se verificassem, entretanto, não sendo possível, para já, garantir definitivamente a realização do trajeto nas condições habituais. -----

Por fim, relativamente à Biblioteca Municipal, considerou curioso que o Senhor Vereador Rui Cardoso tivesse chamado a atenção para uma situação que o Executivo já conhecia, reconhecendo, contudo, que os problemas identificados eram efetivamente existentes. Acrescentou que existem outros equipamentos municipais com problemas semelhantes, dando como exemplo a delegação municipal em Alcáçovas, que se encontra numa situação idêntica. -----

Concluiu salientando que é precisamente a existência destes problemas e dos constrangimentos identificados nos diferentes equipamentos municipais que obrigou o Executivo a tomar decisões e a estabelecer prioridades de investimento. Manifestou a expectativa de que, no ano seguinte, seja possível dispor de novas verbas que permitam intervir também nos restantes edifícios municipais que não estão abrangidos pelas prioridades atualmente definidas. -----

O Senhor Vice-Presidente, relativamente às comemorações do 25 de Abril, informou que foi realizada, na semana anterior, uma reunião com as Juntas de Freguesia, encontrando-se já delineado o respetivo programa, referindo que a Sessão Solene terá lugar na manhã do dia 25 de abril, pelas 11:00 horas. Informou ainda que, este ano, tendo em consideração a necessidade de contenção de custos, está previsto apenas um espetáculo, o qual coincidirá com a chegada da Romaria a Alcáçovas. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Aguiar manterá a tradicional realização do baile e demais festividades durante a noite de 24 para 25 de abril. -----

De seguida, o Senhor Vice-Presidente referiu-se às intervenções anteriormente proferidas relativamente ao investimento no Abana Viana, esclarecendo que os documentos e o orçamento não evidenciam um aumento do nível de investimento previsto, sublinhando que, na reunião anterior, tinha afirmado que seria mantido o mesmo nível de investimento no Abana Viana, posição que, segundo referiu, foi igualmente mencionada pelo Senhor Vereador Luís Miguel na intervenção anterior. Prosseguindo, abordou a questão das necessidades de intervenção no Paço dos Henriques, considerando que a afirmação de que já era



conhecida a necessidade de realização de obras no referido edifício poderá criar uma perceção errada relativamente às atuais necessidades de investimento do Município. Salientou que existem diversas necessidades de intervenção nos edifícios municipais e na rede viária, não sendo, à presente data, possível determinar com exatidão o montante global necessário para fazer face a todas essas necessidades. -----

Explicou que ainda não foram concluídas todas as visitas técnicas aos edifícios e infraestruturas municipais, nem obtidos todos os orçamentos, sendo que, diariamente, são identificadas novas situações que carecem de intervenção. Apelou assim, à colaboração de todos os membros do Executivo na gestão das dificuldades que o Município enfrenta, considerando que uma intervenção construtiva poderá contribuir para a identificação de soluções e para uma melhor gestão dos recursos disponíveis. -----

Por fim, relativamente às referências efetuadas à recuperação do Paço dos Henriques e às verbas previstas em orçamento para a recuperação de edifícios municipais, esclareceu que, embora existam verbas destinadas a esse efeito, as mesmas poderão não ser suficientes para responder à totalidade das necessidades identificadas, conforme anteriormente referido pelo Senhor Vereador Luís Miguel. Reiterou, deste modo, que a existência de uma dotação orçamental não significa que esta seja suficiente para suportar todas as intervenções necessárias nos edifícios e infraestruturas municipais. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso interveio, referindo que estando o problema identificado e sendo conhecida a sua existência, é de questionar por que motivo o mesmo não foi contemplado no orçamento. Questionou ainda, caso a referida necessidade tenha sido efetivamente considerada no orçamento, por que razão a verba aí prevista não se revela suficiente para fazer face às despesas necessárias à realização da intervenção. Concluiu referindo não compreender a situação apresentada, solicitando esclarecimentos adicionais sobre a matéria. -----

O Senhor Vice-Presidente respondeu que, à presente data, o Município ainda não dispõe de informação suficientemente detalhada relativamente aos custos associados a todas as intervenções necessárias, nem dispõe de recursos financeiros que permitam executar, em simultâneo, todas as obras identificadas. Reconheceu que decorridos cerca de quatro meses do atual mandato, ainda não foi possível concluir o levantamento integral das necessidades dos edifícios e infraestruturas municipais e respetivos custos, não sendo, por isso, possível estabelecer, neste momento, uma previsão exata dos montantes a afetar a cada intervenção. Acrescentou que a dotação orçamental disponível para o presente ano não será suficiente para dar resposta à totalidade das necessidades existentes. Referiu ainda que a realização de eventos tem igualmente impacto na afetação dos recursos humanos e materiais do Município, salientando que a redução do número de eventos permite libertar trabalhadores e meios para outras tarefas. A título de exemplo, mencionou a montagem de estruturas e equipamentos para a Romaria a Cavalo, cuja preparação habitualmente ocupa os serviços durante cerca de uma semana. Na sequência da intervenção do Senhor Vereador, identificou ainda a necessidade de intervenção na Biblioteca Municipal, designadamente no que

|       |
|-------|
| _____ |
| _____ |
| _____ |

respeita ao pavimento, referindo desconhecer, à presente data, o custo exato da respetiva reparação, embora reconheça que se tratará de uma intervenção com encargos financeiros relevantes. -----

Concluiu reiterando que a gestão municipal implica a definição de prioridades e a ponderação dos recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis, face ao conjunto de necessidades existentes no Município.

O Senhor Vereador Luís Duarte interveio, referindo que o Senhor Presidente estava a insistir numa questão que, no seu entendimento, poderia induzir em erro relativamente às decisões anteriormente tomadas.

Disse que, quando é referido que determinadas matérias foram apresentadas à Câmara Municipal e posteriormente objeto de aprovação, se está a fazer referência às alterações orçamentais, sendo as mesmas aprovados pois não tinha sido feita referência ao cancelamento da Doçaria, pois se tivesse sido referido essa situação, a mesma não teria sido aprovada ou seja, caso essa informação tivesse sido apresentada aquando da votação, a decisão poderia ter sido diferente. Referiu que, contrariamente ao que estaria a ser afirmado, a informação relativa ao plano para o presente ano apenas foi dada a conhecer na reunião anterior, não tendo sido anteriormente comunicado aos membros da oposição que não seriam realizados os referidos eventos. Concluiu, reiterando que, até à reunião anterior não tinha sido dado conhecimento aos membros presentes da intenção de não realização da Doçaria e do FICO, nem das alterações previstas relativamente ao Abana Viana. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, na reunião de Câmara anterior, anunciou expressamente quais os eventos que estavam previstos para o presente ano. Acrescentou que, posteriormente, foi apresentada à Câmara Municipal uma alteração modificativa ao orçamento, na qual constavam, a zero, as rubricas correspondentes aos eventos anteriormente referidos, considerando, por isso, que a informação em causa foi devidamente disponibilizada aos membros do Executivo Municipal e submetida à respetiva apreciação.

O Senhor Presidente referiu ainda que a referida proposta esteve sujeita a discussão e apreciação pelos membros da Câmara Municipal, salientando que nunca impedirá a apresentação de propostas ou intervenções por parte dos restantes membros do Executivo. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que a dotação inicialmente prevista para determinadas iniciativas pode ser ajustada ao longo do ano, em função da execução orçamental e das necessidades entretanto verificadas, dando como exemplo a verba destinada à Mostra de Doçaria. Salientou que este procedimento tem sido adotado ao longo dos anos, existindo, contudo, uma exceção no mandato anterior, em que, por não existir maioria no Executivo Municipal e na sequência da não aprovação do orçamento, foi necessário proceder à realização de várias alterações orçamentais. O Senhor Vereador referiu ainda que a distribuição das verbas pelas diferentes rubricas permite, ao longo do ano, proceder aos necessários ajustamentos orçamentais, designadamente através da reafetação de verbas que venham a ficar disponíveis na sequência da execução de determinadas iniciativas. Considerou importante que esta realidade seja

|       |
|-------|
| _____ |
| _____ |
| _____ |

devidamente esclarecida para conhecimento dos munícipes, de forma a permitir uma melhor compreensão do funcionamento e dos ajustamentos efetuados no orçamento municipal ao longo do ano. O Senhor Vereador Luís Duarte prosseguiu, referindo que o facto de as referidas rubricas constarem com dotação zero não significa que tenham sido encerradas, uma vez que as mesmas permanecem abertas, podendo vir a ser reforçadas posteriormente através de novas alterações orçamentais. Explicou que, caso existisse a intenção de encerrar definitivamente determinadas rubricas, as mesmas poderiam ter sido encerradas, o que não sucedeu. Considerou que a manutenção das rubricas abertas permite a sua eventual dotação ou reforço ao longo do ano, procedimento que, segundo referiu, tem sido adotado pelo Município ao longo dos anos. Acrescentou que, durante a execução orçamental, são frequentemente identificadas verbas que ficam disponíveis, designadamente em despesas com pessoal ou na realização de determinadas iniciativas, podendo essas verbas ser posteriormente reafectadas a outras rubricas, mediante os procedimentos orçamentais aplicáveis. -----

Concluiu reiterando que, no seu entendimento, a existência de rubricas com dotação zero não permitia concluir, por si só, que estivesse previamente definida a não realização das respetivas iniciativas, reafirmando que essa informação não foi transmitida ao Executivo Municipal nos termos anteriormente referidos. -----

O Senhor Presidente interveio, manifestando a sua discordância relativamente às declarações do Senhor Vereador, considerando existir uma contradição entre o que havia sido afirmado na reunião anterior e o que estava a ser referido na presente reunião. -----

Concluiu lamentando a divergência entre as versões apresentadas relativamente aos factos ocorridos na reunião anterior e reiterando que a informação havia sido efetivamente comunicada aos membros da oposição. -----

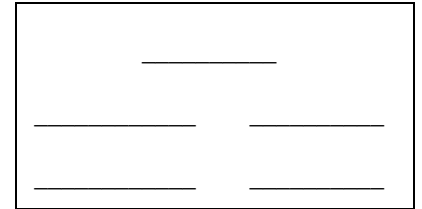
O Senhor Presidente declarou aberto o período da ordem do dia: -----

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião** - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Ponto dois) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara;** -----

A Câmara tomou conhecimento da Atividade da Câmara relativa ao período compreendido entre 13 e 17 de fevereiro de 2026. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte solicitou esclarecimentos relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, nomeadamente quanto ao número de jovens convocados para participar, ao número de jovens que efetivamente estiveram presentes e aos critérios utilizados pelo Município para a seleção e convite dos participantes. -----



O Senhor Presidente esclareceu que os critérios de participação no Conselho Municipal da Juventude não foram definidos pelo atual Executivo, encontrando-se previstos no respetivo regulamento. -----

Explicou que para a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude, são convidados os representantes de todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal, as associações de carácter juvenil ou aqueles cujos corpos sociais sejam constituídos em mais de 80% por pessoas com idade inferior a 30 anos, bem como o Presidente da Câmara Municipal e o eleito com o pelouro da Juventude, que participa na qualidade de observador. -----

Acrescentou que após a realização da primeira reunião e a tomada de posse dos respetivos membros, poderão ser convidados outros observadores externos, em função dos assuntos a abordar nas reuniões subsequentes. Informou que estiveram representadas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal, designadamente o Viva, o Chega, o PS e a CDU, bem como diversas associações juvenis, nomeadamente o GRAVA - Grupo Recreativo Associativo de Viana do Alentejo, a Associação de Jovens de Aguiar e a Associação de Jovens de Alcáçovas. -----

Relativamente ao GRAVA, esclareceu que a associação reúne as condições previstas no regulamento, uma vez que mais de 80% dos seus associados são menores de 30 anos. -----

**Ponto três) Proposta de transferência de verba como apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, no âmbito do Festival de Cinema Monstrinha;** -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para o Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, no valor de 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros), no âmbito das atividades do Festival de Cinema de Animação – Monstrinha às Escolas do Concelho de Viana do Alentejo. -----

**Ponto quatro) Proposta de desencadeamento do procedimento de alteração do “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do Concelho de Viana do Alentejo”;**

A Câmara aprovou, por unanimidade, o desencadeamento do procedimento de alteração do “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do Concelho de Viana do Alentejo”.

**Ponto cinco) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas;** -----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso de um munícipe da freguesia de Alcáçovas. -----

**Ponto seis) Proposta de atribuição de três lugares de estacionamento junto ao imóvel sito na Estrada Nacional 257 n.º 66, 68 e 70, Alcáçovas, para usufruto dos hóspedes da unidade hoteleira/turismo rural existente;** -----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a atribuição de três lugares de estacionamento junto ao imóvel sito na Estrada Nacional 257, n.ºs 66, 68 e 70, em Alcáçovas, para usufruto dos hóspedes da unidade hoteleira/turismo rural existente. -----

|       |
|-------|
| _____ |
| _____ |
| _____ |

**Ponto sete) Proposta de emissão de Licença Especial de Ruído, para realização de festa de aniversário no salão da Cooperativa de Aguiar, sito na rua José Geraldo Caravela, das 22h do dia 28/02 às 03h do dia 01/03; -----**

A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir a licença especial de ruído a uma munícipe, para a realização de uma festa de aniversário no salão da Cooperativa de Aguiar, com início às 22h do dia 28/02 e término às 03h do dia 01/03/2026. -----

**Ponto oito) Proposta de transferência de verba para a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Alcáçovas, para comparticipação nas despesas relacionadas com manutenção e pintura do edifício sede;**

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Alcáçovas, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), para comparticipação nas despesas relacionadas com manutenção e pintura do edifício sede.

**Ponto nove) Proposta de transferência de verba para a Associação de Defesa dos Idosos de Aguiar, para comparticipação nas despesas relacionadas com a festa de Aniversário que decorreu em maio de 2025**

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a transferência de verba para a Associação de Defesa dos Idosos de Aguiar, no valor de 400,00€ (quatrocentos euros), em virtude da comemoração do aniversário da associação, no dia 17 de maio de 2025. -----

Eu, Marta Sofia Ferro Maia, Técnica Superior, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,